

# Do Plan Inca ao Plan Verde: o Peru de uma ditadura militar nacionalista a outra ditadura civil-militar neoliberal (1968-2000)

V. V. Ribeiro<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Professor Adjunto de História da América, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), CEP 22290-240, Rio de Janeiro, (RJ), Brasil

vazelesk@uol.com.br

(Recebido em 25 de setembro 2014; aceito 26 de setembro de 2014)

---

Neste trabalho traça-se um panorama da vida política do Peru nas últimas décadas do século XX. Inicialmente é discutido o golpe militar, que em 1968 implantou um regime nacionalista, que entre outras medidas desencadeou uma profunda reforma agrária. Posteriormente avalia-se a segunda fase do regime marcada pelo aumento da repressão e pelos cortes de gastos públicos. Passa-se a avaliar a experiência democrática dos anos 1980, afetada pela crise econômica e pela luta armada desencadeada pela insurgência do Sendero Luminoso. Por fim, reflete-se em breves linhas sobre a ascensão e queda de Alberto Fujimori e sua ditadura de corte neoliberal.

Palavras-chave: História Contemporânea, Peru, Ditadura.

## **From Plan Inca to Plan Verde: Peru in a nationalist military dictatorship to a neoliberal civil dictatorship (1968-2000)**

This paper outlines a panorama of political life in Peru in the last decades of the twentieth century. Initially we discuss the military coup that in 1968 implemented a nationalist regime, which among other measures, started a profound agrarian reform. Subsequently we analyze the second phase of the regime marked by increasing repression and by cutting public expenditure. In the second part of the article, we evaluate the democratic experiment of the 1980s affected by the economic crisis and the armed struggle launched by the “Sendero Luminoso” insurgency. Finally, in a few lines, we discuss the rise and fall of Alberto Fujimori and its neoliberal dictatorship.

Keywords: History; Peru; Dictatorship

---

## **1. INTRODUÇÃO**

“Um homem esquece mais depressa a morte do pai que a perda de uma propriedade.”

Nicolau Maquiavel

O ano era 1968. Na Tchecoslováquia, os tanques soviéticos atropelavam o governo reformista de Alexander Dubcek. Em Paris, estudantes e intelectuais em incontáveis manifestações de rua, diziam que era proibido proibir. Na Alemanha Ocidental, estudantes desencantados armavam-se em movimentos de guerrilha urbana. Em Angola e Moçambique intensificava-se a luta armada anticolonial. Os Estados Unidos, por mais que despejassem o napalm e o agente laranja, atolavam-se na guerra do Vietnam; e dentro de casa, as elites viam o crescimento do protesto racial.

Na América Latina ampliavam-se os protestos estudantis que, no México, resultaram no massacre da Praça de Tlatelolco e pipocavam guerrilhas no Brasil, Uruguai, Colômbia e Venezuela. Enquanto isso, no Peru, mais um golpe militar eclodia, derrubando o presidente Fernando Belaúnde Terry.

Aparentemente, mais um golpe militar latino-americano. Em sua edição de 4 de outubro, dia seguinte ao movimento, o jornal brasileiro O Estado de São Paulo publicava que sua eclosão devia-se ao objetivo dos militares de impedirem a ascensão de Victor Raúl Haya de La Torre, histórico líder da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), que poderia vencer as eleições previstas para o ano seguinte. De fato, não seria novidade o veto castrense ao carismático líder aprista. Fora bloqueado por setores das forças armadas ao disputar a

presidência em 1931, logo após a queda do ditador Augusto B. Leguía, em eleições onde oficialmente foi vitorioso o general Sánchez Serro. Este veto dava-se por seu discurso, que enfatizava a reforma agrária e a nacionalização de empresas.

A rejeição ampliou-se quando Haya apoiou duas sublevações de caráter popular com a participação de baixas patentes militares, em 1932 contra Serro, e em 1948 contra o presidente eleito Luiz Bustamante. Nessa oportunidade, depois de Bustamante ser derrotado pelo general Manuel Odría, o líder aprista passou seis anos escondido na embaixada da Colômbia. Em 1956 Haya foi anistiado, e o APRA participaria da chamada convivência, ou seja, um governo de coalizão com a oligarquia. Sua conversão em pró-estadunidense e moderado desagradou novos setores militares que rejeitaram sua aliança com Odría, em 1962, a qual levaria o último à presidência, se não ocorresse o golpe militar que cancelou o segundo turno das eleições [1].

A esta altura, o leitor já tem certeza de que o problema era o líder do APRA, Partido que de radical reformista nos anos 30, transmutara-se em base de apoio oligárquico nos anos 60. Não é bem assim. De fato, os militares que empalmaram o poder no 68 peruano, não aceitavam mais a postura aprista, pois entendiam que o país necessitava de reformas bastante urgentes que jamais seriam feitas pela aliança entre o partido de Haya de La Torre e a oligarquia. Mas o problema não estaria em Haya, e sim no projeto que militares vinculados ao Centro de Altos Estudos Militares (CAEM) entenderam que era necessário desenvolver. Numa entrevista inédita que realizei com Marcelino Bustamante, secretário de Actas de Confederación Nacional Agrária, entidade criada a partir da reforma agrária feita pelos militares, ele me dizia: “Papai era do APRA. Ao ver o programa de Velasco exclamou: Mas este é o programa do APRA!”

Nas páginas que se seguem, desenvolveremos a breves traços um panorama sobre a implantação de uma ditadura *sui generis* na América Latina, posto que em sua primeira fase desenvolvia reformas que muitos da esquerda, no Peru ou fora dele, gostariam de ver implantadas. Sem reivindicar-se socialista, uma ala militar peruana conseguiu implantar um programa que, em boa medida, se assemelhava ao proposto pelos economistas da Comissão Econômica para América Latina. Posteriormente discutiremos a “segunda fase da Revolução”, onde as reformas seriam parcialmente revertidas.

Mais adiante, refletiremos sobre o que Hanry Garcia chamou de Democracia Tutelada, que vigorou no país entre 1980 e 1992, sob o impacto do Sendero Luminoso e da tutela militar. Finalmente, analisaremos a ditadura de Alberto Fujimori em que, se o Sendero e o Tupac Amaru foram derrotados, a corrupção ganhou níveis inéditos num contexto de ditadura neoliberal.

Advertimos que o objetivo das páginas que se seguem é mostrar ao leitor brasileiro um panorama deste país ao mesmo tempo tão próximo e tão distante de nós, e perceber como estruturas militares puderam atuar como ponta de lança do nacionalismo nos anos 60 e servir de base para implantar o neoliberalismo no fim do século XX.

## **2. Plan Inca: a Revolução Militar? (1968-1975)**

As forças armadas teriam sido os “cães de guarda” das oligarquias, durante boa parte do século XX no Peru [1]. Oligarquias que dependiam muito de ter o poder político em suas mãos, visto que os setores mais dinâmicos da economia, como as zonas de mineração de ferro, cobre, extração do petróleo, assim como no século passado fora o guano, estavam em mãos de grandes conglomerados estrangeiros. Desta maneira, os proprietários rurais encastelados na Sociedade Nacional Agrária precisariam conservar o seu poder político para manter o seu poderio econômico [2].

A partir da década de 50, durante a ditadura do general Odría (1948-1956), com a criação do CAEM, homólogo da Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira, um núcleo expressivo de oficiais começou a mudar de pensamento. Como seus pares brasileiros, percebiam a segurança como fundamental para o desenvolvimento. Contudo, rapidamente oficiais como o futuro general Edigardo Mercado Jarrin começaram a perceber que sem um mercado interno expressivo não se poderia desenvolver uma indústria capaz e menos ainda uma indústria bélica [3].

Os temores da oficialidade variavam: havia os inimigos externos, como o histórico Chile que derrotara o país na guerra do Pacífico (1879-1883), que nos anos 1970-1980 pareceu preparar-se para novo confronto [3]. Haveria mais tarde o emergente Brasil, que se expandia na direção da Amazônia. Entretanto, em tempos de guerra fria, os oficiais do CAEM se preocupavam mesmo era com o inimigo interno.

O Partido de Haya de La Torre fora, desde os anos 30, o inimigo histórico que poderia mobilizar os camponeses da zona açucareira, mas no início dos anos 60, sob o impacto da Revolução Cubana, o perigo agora parecia vir dos comunistas. Ainda mais que no fim dos anos 50, após a liberalização do regime com a eleição direta do presidente Manuel Prado (1956-1962), o país assistia a greves na costa açucareira e ao esforço de comunidades na costa e na serra por recuperarem terras que lhes haviam sido tomadas por fazendeiros.

Em 1961 ocorrera uma greve de Yanaconas, espécie de servos que prestavam trabalho gratuito nas fazendas. Em 1962, a Confederación Campesina del Peru (CCP), vinculada naquele momento à facção maoísta do Partido Comunista, denominada Pátria Roja, e a Federación Nacional de Campesinos del Peru (FENCAP) ligada ao APRA, realizavam seus congressos. Além disso, o líder trotskista Hugo Blanco desencadeava na Província de La Convención, Departamento de Cuzco, uma série de ocupações de terras que os camponeses redistribuíam entre si [4-5]. Liderados pelo general Pérez Godoy, os militares impediram a vitória da aliança entre Odría e Haya de La Torre e convocaram novas eleições para 1963. Enquanto isso, fixavam em Decreto, bases para uma reforma agrária. Ao mesmo tempo, em La Convención buscava-se cooptar e reprimir os camponeses. Aceitou-se a redistribuição de terras por eles efetivada, enquanto Hugo Blanco era preso e condenado a vinte e cinco anos de prisão.

O contexto dos protestos de La Convención, que Eric Hobsbawm chamaria de milenaristas [6], ganharia repercussão em todo o país, e quando Fernando Belaúnde Terry assumiu o poder em 1963, teria que lidar com outras ocupações de terras. Hugo Blanco, em entrevista concedida ao autor, recorda: “Os camponeses de La Convención tinham ganho as terras, e os outros perguntavam: Mas por que não temos direito? E as ocupações se desenvolviam.” No ano seguinte, um parlamento que majoritariamente era formado por apristas, a Unión Nacional Odrista aprovou uma lei de reforma agrária, mas preservando os complexos açucareiros. O Parlamento se opunha às reformas da aliança entre a Ação Popular de Belaúnde e da Democracia Cristã.

Quando o Movimiento de Izquierda Revolucionaria, liderado por Luiz de La Puente, e o Ejército de Libertación Nacional, de Hector Beja, decidiram utilizar o meio rural para desencadear a luta armada, deve ter ficado claro para os homens do CAEM que eles teriam que agir. Foi fácil derrotar a guerrilha, que se inspirara na lenda [7] da Revolução Cubana, que teria cercado a partir de um pequeno contingente vindo do campo a cidade. Mas por quanto tempo a guerrilha seria vencida sem reforma?

Em 1968 não havia um movimento camponês mobilizado no país, as greves tinham diminuído em relação ao ano anterior, e os estudantes não se manifestavam como em outros pontos do planeta. Entretanto, a questão da nacionalização das reservas de petróleo mobilizava a opinião pública, pois o governo “perdera” a última página do contrato entre o Estado e a International Petroleum Company, justo aquela que regulava as indenizações que seriam pagas pela companhia ao Estado. Um pequeno grupo de oficiais nacionalistas, liderados pelo comandante do Ejército Velasco Alvarado, desfechou um golpe incruento contra o governo de Belaúnde. Fora pequenas manifestações de rua realizadas por apristas, poucas vozes defenderam a democracia que caía.

Rapidamente esboçam-se duas tendências que, do interior do aparelho militar, seriam extrapoladas para a sociedade [2]. De um lado, os liderados pelo Ministro da Fazenda, general Ernesto Montagní, que defendiam uma intervenção breve, um refinanciamento da dívida externa e um retorno rápido à constitucionalidade, ainda que fosse preciso uma nova Constituição. De outro, o general Velasco e seus coronéis de esquerda, que defendiam medidas nacionalistas e uma ditadura prolongada. O grupo, assim como amplos setores da sociedade (identificados na esquerda), fazia uma distinção entre democracia formal, a dos governos eleitos e dos partidos, e democracia real, o governo por eles liderado [8].

O grupo velasquista predominou [2]. Os tanques de guerra foram à refinaria petrolífera de Talara e marcaram a expropriação, seis dias depois do golpe. O dia 9 de outubro passou a ser o Dia da Dignidade Nacional. Como opor-se a um governo que resgatava a refinaria petrolífera, que era um símbolo de humilhação?

O tema agrário seria de maior conflitividade. A Sociedade Nacional Agrária providenciou que Luiz Gamarra Otero, um médio produtor, substituísse os dirigentes de grandes engenhos açucareiros. O general José Benavides, filho do marechal Oscar Benavides, que por duas vezes presidira o país em harmonia com o setor terrateniente, era o Ministro da Agricultura e prometia uma reforma agrária técnica, ou seja, uma reforma, que não tocasse na estrutura fundiária. Os setores proprietários tinham conseguido conter no Parlamento a reforma agrária de Belaúnde [4; 9]. Agora precisavam de um general simpático e ele estava à mão. Mas, em junho de 1969 o general Benavides foi substituído pelo General Enrique Valdez Angulo, que ficaria conhecido como o general da Reforma Agrária. No dia 24 de junho, em meio a protestos estudantis em Ayacucho, o presidente Velasco Alvarado diria a célebre frase atribuída a Tupac Amará: “Camponês: o Patrão não comerá mais da tua pobreza!” A lei limitava a propriedade da terra a cinquenta hectares na costa, e cento e cinquenta hectares na serra. A selva Amazônica, como a brasileira, foi pensada para projetos futuros de colonização. A terra para quem nela trabalhava teria um significado muito especial: não se tratava de distribuir a área em pequenos lotes, mas de mantê-la em cooperativas açucareiras na costa ou em sociedades que, na zona serrana, englobassem fazendas e comunidades que as cercavam [4; 10] Para garantir a ação de reforma, dois dias depois os tanques de guerra expropriaram o Engenho Casa Grande, o principal do país, e um coronel seria nomeado para administrar a cooperativa agrária de produção.

Poucos temas geraram e geram tanta polêmica quanto a reforma agrária realizada no Peru. Em sete anos, nove milhões de hectares foram expropriados. Os proprietários, ante a ação repentina, tiveram uma resistência passiva. Vendiam o gado, os instrumentos de trabalho, descapitalizavam a terra ou “parcelavam” a propriedade [2; 11] Por outro lado, movimentos camponeses, em nível local e regional, buscaram fazer valer a reforma denunciando, organizando greves, reivindicando a expropriação ou fazendo, de fato, a reforma via ocupação das terras. Assim, o processo acelerou-se, ainda que isso tenha variado de região para região. Em Piura e Cajamarca, onde ocorreram movimentos de ocupação de terra em 1971, a reforma avançou [4]. Já em Andahuailas, Departamento de Apurímac, a reforma ficou paralisada até 1974 e quando líderes de Vanguarda Revolucionária, uma organização de corte trotskista que desejava, desde o fim dos anos 60, retomar a luta armada, dinamizaram as ocupações, sobreveio a repressão, embora inicialmente o governo aceitasse as ocupações [12].

A reforma é ainda hoje discutida no Peru. Para Otero, foi impulsionada de fora, tanto pelo discurso comunista que desqualificava os proprietários rurais, como paradoxalmente pelos democratas estadunidenses, que precisavam dos votos dos agricultores, os quais competiam com o açúcar e o algodão peruanos.

De alguma maneira, Otero não deixa de ter razão quanto à participação, bastante indireta dos Estados Unidos da América (EUA). A Aliança para o Progresso reunida em Punta del Leste, em 1961, sob o impacto da Revolução Cubana que teve a reforma agrária como uma de suas primeiras medidas, concordou que se realizassem reformas agrárias no continente. A reforma seria uma vacina contra a Revolução [9]. Foi equivocada a organização em cooperativas tuteladas pelo Estado, pois o camponês não se sentia proprietário (Dirigentes da CCP utilizaram mesmo a expressão Estado-Patrão), o que não impulsionava o desenvolvimento das cooperativas [10]. Todavia é preciso lembrar que, naquele momento, todas as reformas agrárias eram pensadas na base de cooperativas, pois se entendia que pequenos cultivadores pouco poderiam fazer num mercado cada vez mais oligopolizado.

O PLAN INCA só seria divulgado em 1974, e é muito provável que não estivesse delineado em 1968 [2]. De todo modo, a reforma agrária era parte do projeto. Em primeiro lugar, ela abriria o mercado interno a uma indústria raquítica e produziria alimentos para as cidades que cresciam. Era parte de um projeto de intervenção do Estado na economia. Além do petróleo, as minas de cobre da Serro de Pasco Corporation, as jazidas de minério de ferro da Marcona, a siderurgia e alguns bancos, seriam estatizados. Procurou-se, ainda, com muita resistência dos

industriais, criar comunidades industriais nas quais os operários tivessem representantes nos Conselhos Diretivos e parte das ações das mesmas.

Outrossim, o Estado criaria novas empresas, e bem ao estilo do começo dos anos 70 do século passado, com capitais abundantes antes da crise do petróleo de 1973, iniciaria grandes projetos como os de irrigação de Majes.

O período entre 1970 e 1974 foi marcado por uma luta entre o grupo velasquista e uma oposição liberal na economia que, embora golpeada pela Reforma Agrária, conseguiria refugiar-se em jornais históricos como o *El Comercio* e o *La Prensa* [2]. A luta se dava dentro e fora do governo, ficando o almirante Vargas Cavallero como o principal líder militar da ala conservadora. O grupo velasquista reagiu criando o Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social (SINAMOS), que deveria organizar os grupos favoráveis ao governo, como a Central de Trabalhadores da Revolução Peruana e a Confederación Nacional Agrária, que ocuparia o prédio da Sociedad Nacional Agrária, declarada extinta em 1972, e seria inaugurada no sexto aniversário da Revolução em pleno Congresso da República.

As disputas se intensificariam após o golpe militar que derrubou o governo democrático e socialista de Salvador Allende no Chile em 1973. A direita reforçada com o cerco das ditaduras de direita na fronteira (Brasil, Bolívia e Chile), identificava o capitalismo à civilização cristã ocidental, ainda que a alta hierarquia católica apoiasse as reformas. As tensões se agudizaram em 1974, com a saída do almirante Vargas Caballero do Ministério da Fazenda e o confisco dos diários opositores *El Comercio* e *La Prensa*. Aparentemente, o setor velasquista havia triunfado. Contudo, havia sérios problemas no horizonte: muito centralizados em torno da figura do ditador, seus subordinados não tinham alternativas a ele, após sua doença. Pensou-se no general Mercado Jarrin, mas este foi vetado por Velasco. Uma crise econômica, decorrente do aumento dos juros internacionais, da baixa de investimentos e da expansão dos gastos, levava ao aumento da inflação. Os trabalhadores organizavam greves, que a direita militar e civil estigmatizava como movimentos comunistas.

Além disso, o setor militar velasquista não aceitava mobilizações autônomas e as reprimia. Uma greve policial, em fevereiro de 1975, apressou o isolamento do grupo velasquista. Formou-se um grupo autointitulado Missão, que parecia unir velasquistas e conservadores em torno da ideia do restabelecimento da ordem [2].

Em agosto de 1975, um Velasco Alvarado doente foi apeado do poder por seu Ministro da Economia, o general Francisco Morales Bermúdez. Aparentemente, era só uma troca de comando, mas o período nacionalista terminaria.

### **3. PLAN TUPAC AMARÚ: continuidade da Revolução ou mudança de rumos? (1975-1980)**

A segunda fase da revolução poderia tê-la aprofundado, e o ano de 1976 foi o de maior adjudicação de terras [4]. Contudo, logo o setor conservador do Exército, alinhado à Marinha e à Aeronáutica que nunca se sentiram confortáveis na revolução, começou a preponderar. Reprimia-se as greves nas cidades e dirigentes de entidades pró-governo acabavam presos. Um atormentado Luiz Male, dirigente da Confederación Nacional Agrária, escrevia a Bermúdez, depois de lembrar seus companheiros presos ou vigiados, e o fato de não terem recebido o *Jornal El Comercio* explicava: “muitos dizem que a Revolução acabou.” Enquanto isso, a CCP liderada por Luna Vargas, intensificava suas ações ocupando terras em Anta de Pampa Cuzco ou cobrando que os camponeses não pagassem pela terra em 1977.

O governo cada vez mais adota cortes de salários e tenta ajustar-se aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI). A repressão se intensifica, mas os operários e camponeses se organizam. Em 1977, uma greve geral paralisa boa parte do país. A resposta militar não seria mais a repressão pura e dura. No mesmo ano, era anunciado o Plan Tupac Amarú, que na economia significava o corte de gastos e tentativas de conter a inflação. Era a paralização da reforma agrária e de novas estatizações. Na política, era hora de chamar uma Constituinte e marcar eleições presidenciais para 1980. Ainda que a ditadura peruana, mesmo em sua fase mais conservadora, não tenha estabelecido os recordes de desaparecimentos de suas homólogas do Cone Sul, o fato é que a repressão se intensificava.

Em 1978, ano de uma nova greve geral, as eleições para a Constituinte se realizavam. A Ação Popular de Belaúnde não participou. O APRA do octogenário Haya de La Torre e o Partido Popular Cristão seriam as principais agremiações na Assembleia. A esquerda, exceto Pátria Roja e o pequeno Sendero Luminoso, participou ganhando um terço dos votos, mas teria pouca influência no processo [13]. Afinal, o país tinha uma nova Constituição e um novo presidente seria eleito. Enquanto autores lamentam que a estrutura de poder herdada dos militares tenha sido mantida [4], outros reclamam que nem a reforma agrária, tão pouco a estatização seriam revertidas [8]. O fato é que a crise econômica seria agora alimentada por algo que os militares tanto haviam temido: um movimento armado marcaria todo o período que se abriu com a volta de Belaúnde ao poder e se fechou com o golpe de Fujimori: o Sendero Luminoso.

#### **4. Uma Democracia tutelada ou a década do Sendero Luminoso? (1980-1992)**

O Sendero Luminoso era uma dissidência de Pátria Roja, facção maoísta dissidente do Partido Comunista peruano. O Sendero seguia a linha maoísta e, sob a férrea liderança de Abmael Gusmán, passou a década de 70 inteira se preparando para iniciar a luta armada. O movimento incubou-se em universidades como San Cristobal de Huamanga (Ayacucho) e buscou “campesinar” os seus militantes [14]. Seriam os peixes dentro d’água, de que falaria Mao-Tse-Tung. O Sendero anunciava à luz do dia como, por exemplo, no Primeiro de maio de 1980, a sua disposição de luta armada. No dia da eleição, urnas foram queimadas em Chusche (Ayacucho) e pouco tempo depois cachorros enforcados com o retrato de Deng Xiau Ping apareceram nos postes de Lima.

Nas eleições, Fernando Belaúnde Terry saiu vencedor derrotando o APRA. Seu Primeiro-Ministro Manuel Ulloa, o mesmo de 1968, pretendia um manejo liberal da economia. Entretanto, não teria condições políticas para realizar processos de privatização, como ensaiavam Ronald Reagan e Margareth Thatcher. O que pôde fazer, e nisso os governos seguintes o continuaram, era não apoiar nem as estatais, tão pouco as cooperativas agrárias. Muitas delas se parcelaram durante a década, como única forma de manter a propriedade [10].

Surgia no Peru a Esquerda Unida, frente com diversas agrupações maoístas leninistas etc., que conseguiam mobilizar operários e camponeses. A Esquerda teve enorme dificuldade para criticar o Sendero Luminoso, embora as ações deste movimento, que inicialmente atacavam postos policiais, logo se voltassem contra ela. Os senderistas não admitiam competidores no plano da esquerda. Uma dissidência da Esquerda Unida, o Movimiento Revolucionário Tupac Amarú, criado em 1982, que iniciou a luta armada com ações de sequestro, chegou mesmo a enfrentar-se com o Sendero em combates armados na selva peruana.

Enquanto o novo aumento da taxa dos juros internacionais afundava o país na dívida externa, as ações do Sendero cresciam, e em dezembro de 1982 as Forças Armadas e não a polícia passariam a atuar no combate à organização armada. Entre 1983 e 1985, a Marinha atuou especialmente em Ayacucho, produzindo incontáveis torturas, assassinatos e desaparecimentos. Vale salientar que os senderistas não ficavam atrás, com violações contra presidentes de comunidades campesinas que não aceitassem sua “orientação” como, por exemplo, a de produzir apenas o necessário para sua subsistência e a dos elementos do partido [15].

Não teriam previsto os serviços de inteligência o aparecimento do Sendero? Pode-se supor que interessasse a certos grupos militares a eclosão de um movimento armado expressivo, que levasse as elites políticas a vê-los como salvadores da pátria [2]. Seja como for, as eleições de 1985 trariam novidades. O Apra, liderado por Alán García, e a Esquerda Unida sob o prefeito de Lima, disputariam o pleito, deixando pouco espaço para os partidos de direita. García venceu, tendo Barrantes desistido de disputar o segundo turno. Para Carlos Reina, o prefeito de Lima encontrava mais coincidências que divergências com o jovem líder aprista.

García prometia uma postura desenvolvimentista na economia, e negociadora na questão do Sendero. Se líderes de Tupac Amarú concordaram com uma trégua, os senderistas tudo fizeram para desacreditar o processo, intensificando a luta armada e os ataques contra camponeses. Já tinham realizado em 1983 o famoso massacre de Luccanamarca. Oito senderistas haviam sido mortos por camponeses revoltados com seu isolamento forçado. A reação foi chacinar sessenta e nove homens, mulheres e crianças, como demonstração de força [12].

A reação militar não ficou atrás e camponeses também foram massacrados pelo Exército em 1985. No ano seguinte, o mundo assistiu a morte de 230 prisioneiros senderistas em três prisões rebeldes, o que lhes daria uma aura de mártires internacional. A rebelião ocorrera em plena inauguração do Congresso da Internacional Socialista e a repressão descontrolada manchava gravemente a imagem de um presidente que se anunciara como preocupado com os direitos humanos. Pouco antes o general da reserva Luiz Cisneros Vizquerra, ex-ministro do Interior de Fernando Belaúnde Terry, questionado sobre a guerra suja que se movia contra o Sendero e o Tupac Amarú, esclarecia: “Não creio que haja guerras limpas ou sujas. Todas são sujas. O governo pode ter mudado sua estratégia, mas a militar, é a mesma inalterável.”

Se o plano de pacificação estava naufragando, García tentou na economia planos similares aos que José Sarney, no Brasil, e Raúl Alfonsín, na Argentina, tinham elaborado: congelamento de preços, limitação do pagamento da dívida externa (inclusive propondo a formação de um bloco de devedores), incentivo à produção e mudança de moeda. Dois anos depois a inflação crescia e as greves pipocavam. No campo, eram as greves agrárias com ocupações de estradas. Na cidade, setores como o de professores e bancários mobilizavam-se, e a esquerda articulou-se em torno da Assembleia Nacional Popular.

García tentou uma “fuga para frente”, anunciando no Dia da Independência de 1987, 28 de julho, a estatização dos bancos. Em tempos em que o neoliberalismo heaganiano e pinochetista crescia, um escritor de projeção planetária liderou a resistência aos planos estatizantes. “Há vinte anos o país brinca de socialismo”, exclamou Mario Vargas Llosa, e criou o Movimento Liberdade.

Bloqueado o projeto de estatização dos bancos, García procurou adotar medidas de corte mais liberal, com o aumento de preços públicos, liberação da importação de alimentos e cortes de gastos. Contudo, o empresariado que parecia solidário nos primeiros dias de governo, quando aceitava até o congelamento de preços, buscou ganhar com a especulação e levar o governo às cordas.

Em seus últimos três anos de governo, García viu o crescimento espetacular da inflação e do Sendero Luminoso, e seria muito difícil fazer o sucessor nas eleições de 1990. Isso não significa que o presidente não tenha tentado. Em 1988 eram insistentes os boatos de golpe militar, pipocavam sugestões de renúncia ou de licença. Sendero e Tupac intensificavam sua ação enquanto grupos paramilitares, como o Comando Rodrigo Franco, desencadeavam a violência indiscriminada não tanto contra o Sendero, mas principalmente contra lideranças sindicais camponesas e urbanas, que participavam de greves e marchas de protesto. Esta ação se agudizava à medida que as greves se desenvolviam face à alta de custo de vida. Um líder sindical ficava literalmente entre dois fogos: podia ser eliminado pelos senderistas, por não pertencer ao movimento armado, mas também podia ser (e muitas vezes era) abatido pelos militares ou paramilitares.

Alán García ainda tentaria fazer do antigo primeiro-ministro Luis Alva Castro, seu sucessor, utilizando uma dupla estratégia: a partir de 1989, passou a usar menos as medidas de corte de gastos públicos, voltou a rejeitar negociações com o FMI e recriminou as privatizações. Por outro lado, passou a utilizar mais fortemente a prática clientelista, beneficiando determinados setores sociais com isenções fiscais ou garantindo a propriedade da terra a ocupantes urbanos.

Tanto a direita como a esquerda desinteressaram-se da deposição de García. Para Mario Vargas Llosa, candidato da direita às eleições de 1990, era mais fácil deixar o governante sangrar, enquanto associava a situação do país não tanto à figura do presidente, mas ao modelo estatizante que ele encarnava. Para a esquerda, onde Alfonso Barrantes, ex-prefeito de Lima (1983-1986) queria ser o candidato único, mas vários grupos o rejeitavam, era mais interessante organizar-se primeiro com a base sindical e das mobilizações populares. Além disso, nem o Departamento de Estado dos EUA se interessava por um golpe. Uma coisa era mandar agentes à selva para combater o Sendero; outra muito distinta era apoiar um golpe, quando até Pinochet era estimulado a deixar que um plebiscito em condições relativamente livres o derrotasse no Chile, o país modelo do neoliberalismo. Assim, García conseguia mais do que a sobrevivência no poder; parecia ainda ter condições de influir na disputa eleitoral.

Como vimos, o Massacre de 1986 dava aos luminosos senderistas uma aura internacional de mártires. Conseguiram mesmo apropriar-se de um Jornal Limenho, *El Diario*, que se tornaria seu

porta-voz oficioso, onde Gusmán que jamais concedia entrevistas, divulgou sua pretensiosamente chamada Entrevista do Século. Em Lima, os assassinatos, apagões provocados por sabotagens a torres elétricas e atentados a bomba multiplicavam-se, e o movimento avançaria para outras zonas, como Puno e Alto Hualaga, deixando a distante Ayacucho, onde conseguia controlar determinadas zonas. Uma estratégia muito utilizada era a da greve armada, ou seja, a paralisia do trabalho, sob ameaça de execução de trabalhadores, como se conseguiu fazer com o transporte de Lima em agosto de 1989.

Mas se o Sendero crescia rumo à Lima, encontrava no que seria seu berço original uma resistência à viva força: as rondas campesinas, que não nasceram para combater o Sendero. As primeiras rondas que se conhecem, surgiram em Cajamarca em 1976, e tinham por objetivo essencial combater os ladrões de gado, que intensificavam sua ação. No fim dos anos 80, as rondas criadas por oficiais do Exército em algumas regiões e pela população local e só mais tarde apoiadas pelo Exército em outras, começaram a resistir vivamente aos senderistas, impondo-lhes derrotas expressivas [12; 15-16].

Nas eleições de 1990, com a Esquerda Unida dividida, o Sendero Luminoso intensificando suas ações, uma inflação de sete mil por cento num contexto de ruptura com o FMI, o Peru foi às urnas. Mário Vargas Llosa prometia um choque neoliberal puro e duro. García conseguiu fazer de Alva Castro um candidato credível ao segundo turno. Quanto mais Vargas Llosa anunciava seu plano e mostrava encantamento com o processo privatista que Fernando Collor de Mello estava desencadeando no Brasil, ia perdendo popularidade.

Chama a atenção um fenômeno importante: o desgaste da estrutura partidária. Nas eleições municipais de 1989, em Lima, onde está um terço do eleitorado peruano e, portanto, realizava-se um autêntico teste pré-eleições presidenciais, um comunicador de televisão, Ricardo Belmonte Cassinelli, el Hermanón como era conhecido, venceu com 45 por cento dos votos. A vitória de Cassinelli, que concorria por uma lista de candidaturas independentes, era um sinal claro de que como no Brasil, de Fernando Collor, a possibilidade de vitória de um outsider era bastante provável. Alberto Fujimori, um engenheiro agrônomo desconhecido (similar a Collor e seu Partido da Reconstrução Nacional - PRN na mesma época em nosso país) prometia ajustes, mas com compensações. Se Vargas Llosa venceu no primeiro turno, no segundo o APRA e mesmo setores de esquerda despejaram seus votos em Fujimori [17].

Ao tomar posse, Fujimori realizou demissões em massa no serviço público, cortou gastos, reaproximou o país do FMI e estabeleceu o discurso de confronto contra o Congresso e os partidos. Seu estilo foi denominado “neopopulista”, já que era um discurso que atacava os partidos e as instituições e, ao mesmo tempo, propunha uma relação direta com as massas [18]. Embora estabelecesse o neoliberalismo na macroeconomia, a microeconomia permitia a realização de obras de curto prazo. Não assumimos a tipologia do neopopulismo, pois concordamos com Villas (1995) quando afirma que “o Populismo representou a Democratização Fundamental no continente ao estender a legislação trabalhista em alguns casos a reforma agrária, o direito de voto às mulheres, aos índios, e a educação primária e mesmo a valorização da cultura local” [19]. Como os regimes ditos neoliberais caracterizam-se, muitas vezes, pela redução de direitos e limitação da cidadania, não há em nosso entender porque falar em combinação de neoliberalismo e populismo.

A redução da inflação somada à crise dos partidos abriu caminho para o presidente junto ao seu Assessor de Inteligência, o ex-capitão e advogado Vladmiro Montesinos, articularem com os altos comandos militares um golpe de Estado em 1992. O golpe de cinco de abril encontrou muita omissão nas Forças Armadas e muita perplexidade nas ruas e no Parlamento. Pouco se podia fazer depois do golpe, ainda que o Congresso tenha inutilmente declarado Fujimori inabilitado para governar. Além de fechar o Congresso, o novo ditador interveio no judiciário e poderia governar com mãos livres [17]. Assim, a limitada democracia peruana fechava seu ciclo.

## **5. O Plan Verde e Fujimori: uma ditadura (1992-2000)**

Muito se discute no Peru se o governo Fujimori foi uma ditadura ou um regime autoritário. Certo é que o país viveu numa ditadura escancarada por poucos meses, já que por pressões

internacionais o presidente foi forçado a convocar uma assembleia constituinte unicameral, que teria pouco tempo para trabalhar numa Constituição a ser votada em referendun [17]. Passou-se para uma “democratura” que se estenderia até 1995, e depois, para um regime autoritário [17].

Não é nosso objetivo caracterizar mais especificamente o regime, mas entendemos que um sistema onde as regras do jogo são mudadas ao gosto do presidente, onde a repressão faz-se de forma aberta e as possibilidades de oposição são mínimas, não deve ser etiquetado com eufemismos: é simplesmente uma ditadura.

Diferentemente de 1968, os militares não estariam nos principais postos da burocracia de Estado. Na economia, as privatizações foram intensificadas, inclusive as cooperativas açucareiras cujas terras não foram parceladas e as comunidades camponesas agora poderiam ser facilmente dissolvidas.

A prisão de Abmael Gusmán, sem um tiro [20], deu ao presidente popularidade. Os partidos tradicionais não participaram da eleição da Constituinte e isso deu a Fujimori maioria. A Nova Constituição, que dava ao presidente direito de reeleição imediata, foi aprovada em referendun, embora tenha havido a possibilidade de fraude [2; 8]. A nova Constituição refletia a onda neoliberal dos anos 90, com um Estado que se retirava da economia.

O período do referendun à reeleição de 1995 foi marcado por uma política de pequenas obras realizadas ao longo do país, com a presença do presidente. Neste momento, com a docilidade de um Congresso majoritário, Fujimori conseguiu evitar todas as comissões de investigação [2]. Já no início do segundo período, anistiará todos os militares envolvidos em violações dos direitos humanos desde 1980, quando foi comprovado que um professor e nove estudantes da Universidad de La Cantuta tinham sido assassinados por militares do grupo Colina, um esquadrão da morte que atuava desde o governo Alan Garcia.

Setores do Serviço de Inteligência haviam elaborado, ainda no governo de Alán Garcia, o Plan Verde, que em poucas palavras significaria uma ditadura calcada numa economia neoliberal, como a do Chile de Pinochet.

Mas, se o conflito com o Equador, em 1995, além da execução de vinte militantes do Tupac Amará, que invadiram a embaixada do Japão em 1996, garantiam alguma popularidade a Fujimori, o pilar econômico se fragilizava. O governo, que incentivava os microempreendedores nos primeiros tempos, agora promovia vigorosa recessão ante as crises dos mercados financeiros da segunda metade da década: Ásia, Brasil e Rússia. Posteriormente, os protestos sociais se reativaram. O presidente conseguiu do Congresso, em 1997, o afastamento de ministros do Tribunal Constitucional que votaram contra sua tentativa de conseguir um terceiro mandato, segundo uma interpretação de que a reeleição só valera a partir de 1995. Sem a luta armada do Sendero e do Tupac, com a economia em crise, as forças de oposição se aglutinaram em torno de Alejandro Toledo nas eleições de 2000. Fujimori foi “reeleito” e tudo indicava que cumpriria seu terceiro período. Chegou mesmo a tomar posse. Poucos meses, depois vieram à luz os Vladvídeos, que mostravam o assessor de Inteligência Vladmiro Montesinos literalmente comprando parlamentares. A partir de então, as denúncias de corrupção, que envolveram desvio de recursos das privatizações, ganharam o país. Intensificaram-se os protestos e o presidente voltou à sua terra de origem, o Japão. O presidente do Congresso, Valentim Paniagua, assumiu o poder por um ano, até que Alejandro Toledo chegasse à presidência. Estava concluída mais uma ditadura no Peru.

## 6. Conclusão

No dia vinte e oito de julho de 2011, o terceiro presidente eleito do Peru, desde 2001, tomou posse. Tratava-se de Ollanta Umala, ex-coronel que, em 2000, chegou a liderar uma rebelião nos últimos momentos do governo Fujimori.

Umala, em 2006, disputou as eleições e chegou ao segundo turno com uma plataforma nacionalista, mas foi derrotado por Alán García. Na eleição de 2011, derrotou Keiko Fujimori, filha do ex-ditador e, entre outras coisas, prometeu anistiar seu pai, que se encontrava preso por corrupção e violação dos direitos humanos. Pela primeira vez, alguém ganha bem em Lima e não leva a presidência.

Na festa da posse, Umala citou explicitamente a Constituição de 1979, referindo-se ao legado velasquista. A deputada Marta Chávez, da bancada Fujimorista, pediu no dia seguinte o afastamento do presidente porque jurava uma “Constituição Socialista” e, portanto, não cumpriria a atual Constituição.

Umala contou com apoio de movimentos como a CCP e a CNA, e levou as eleições com um discurso que resgatava aspectos do nacionalismo velasquista. Quase proibida, a memória velasquista ressurgiu e compete com o Fujimorismo vigente. Três anos depois de iniciado o governo, o presidente é muito criticado por não haver efetivado muitas de suas propostas. O filho do general Velasco, engenheiro Francisco Javier, fundou um pequeno partido que busca viabilizar-se para as eleições de 2016. Keiko deve novamente ser candidata. Esta luta de memórias, que percebemos ao caminhar nas ruas de Lima, é um dos pontos que atualmente mobiliza a cultura política da capital. Dos desdobramentos deste embate pode depender, em certa medida, o novo curso que as elites políticas do país procurarão dar ao seu desenvolvimento.

- 
1. Cotler J. Peru: Estado, Classe e Nação. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; 2006.
  2. Garcia HP. El ocaso del poder oligárquico. Lima: Desco; 1977.
  3. Medrano ET. Guerra y Democracia. Los militares peruanos y la construcción nacional. Lima: Desco-Clasco; 2008.
  4. Mar JN, Mejia JM. La reforma agrária en el Peru. Lima: Instituto de Estudios Peruanos; 1980.
  5. Salgado CM. Agremiación en el campo peruano. La historia de La Confederación Campesina del Perú. Lima: Latine-American Studies Association; 1989.
  6. Hobsbawn E. Rebeldes primitivos. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.
  7. Ayerbe LF. A Revolução Cubana. São Paulo: UNESP; 2002.
  8. Garcia FP. História contemporânea del Peru. México: FCE; 2005.
  9. Silva JG. A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar; 1971.
  10. Mayer E. Cuentos feos de La Reforma Agraria. Lima: Instituto de Estudios Peruanos; 2009.
  11. Otero LG. Un testimonio personal. In: Vegas de Cáceres, IA. 38 años de la Reforma Agrária. Lima: Fund. Manuel J. Bustamante de La Fuente; 2008.
  12. Remique JL. A revolução peruana. São Paulo: UNESP; 2009.
  13. Contreras C, Cueto M. História del Perú contemporáneo: desde las luchas por la Independencia hasta al presente. Lima: Instituto de Estudios Peruanos; 2007.
  14. Gorrite G. Sendero: historia de la guerra milenária en el Perú. Lima: Editorial Planeta; 2008.
  15. Degregori CI. Rondas campesinas y derrota de Sendero. Lima: IEP; 1996.
  16. Iokoy ZMG. Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru: 1964-1986). São Paulo: HUCITEC; 1996.
  17. Cotler J, Gromponi R. El Fujimorismo: Ascenso y queda de um regimen autoritário. Lima: IEP; 2001.
  18. Roberts K. La transformación del Neoliberalismo en el Perú. In: Macknon M, Petroni M. Populismo y Neopopulismo en América Latina. Buenos Aires: ELDEBA; 1999.
  19. Villa C. La democratización fundamental o populismo en América Latina. México: Siglo XXI; 1995.
  20. Roncagliolo S. La Cuarta Espada: la historia de Abimael Gusmán y Sendero Luminoso. Buenos Aires: Debate; 2008.
-